CÂMARA DOS DEPUTADOS

Arquivo

O MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

UMA AVALIAÇÃO CRÍTICA

JOACI GOES
DEPUTADO FEDERAL
PMDB/BA

GER 20.01.0050.5 — (MAI/85)

- (30/03/87) -

SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES CONGRESSISTAS,

Em nosso último pronunciamento no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, enfatizamos a importância de avaliarmos o desempenho de cada uma das diferentes áreas de atuação do governo, como subsídio à reforma ministerial que, consoante amplamente se propala, o Presidente Sarney está na iminência de empreender.

Naquela oportunidade, arguindo serem de primeiro gráu nossos compromissos para com a Bahia, concentramos nossa análise no superior trabalho que o ministro da Saúde, baiano dos mais ilustres, Professor Roberto Santos, vem realizando à frente de sua pasta, e por considerarmos dispensável agregar comentários à crônica escandalosa do outro ministro baiano, o das comunicações, já que sua biografia atormentada é objeto do conhecimento das pessoas esclarecidas deste País.

O noticiário da imprensa dos últimos dias, porém, a respeito da tão desejada quanto urgente reforma ministerial, a par de especulações as mais variadas sobre a profundidade e a extensão da reforma, apresenta, como elemento comum a todas as versões, sequer, a cogitação do nome do titular das Comunicações na relação dos ministros demissionários ou demissíveis.

Ora, Senhoras e Senhores Deputados, ora Sr. Presidente: Tão gritantemente insultuosa à dignidade do poder público e ao próprio senso de moralidade nacional soaria a manutenção do Sr. Antônio Carlos Magalhães como ministro de Estado, que não nos podemos furtar, neste momento, ao dever imperioso de trazer ao conhecimento desta Casa, à guisa de refrescar-lhe a memória, certos fatos, notórios muitos, aqui e agora comprovados outros, reveladores todos da absoluta improbidade do famigerado ex-interventor da Bahia, para o exercício de funções públicas de tamanho relêvo.

E não se cogitará, nesta denúncia, de repetir o que foi e o que tem sido a presença do Sr. Magalhães , como dono do poder na Bahia, ao longo de tantos anos: agente autoritário a serviço da violência, da corrupção e da disseminação da discórdia.

Sim, Sr. Presidente,

Não há exemplo, em nosso estado, de quem haja tanto infringido os códigos da convivência humana como este indigitado senhor.

A Bahia, berço da Nação e da fraternidade brasileira, sob seu comando despótico e irresponsável , amargou humilhações de toda sorte, quando o respeito deixou de presidir as relações do Estado com os cidadãos, as instituições e os demais poderes.

Insurrectos poucos, indignados muitos, ameaçados todos, ninguém escapou ao vandalismo de sua ação perniciosa, nem mesmo os que abdicaram da independência e do amor próprio, permanentemente afrontados em sua honra, recebendo, em troca, o direito de com ele partilhar da pilhagem desenfreada do erário público e dos instrumentos de defesa da sociedade, criminosamente postos a serviço da sua gula insaciável e de seus instintos ferozes.

E as instituições, o que dizer delas neste período de trevas, senão que viveram à míngua dos cuidados mais elementares, vitimadas pela omissão monstruosa do poder público ou pela sua comissão predatória, como se inspirada no símbolo máximo do egoísmo amoral de todos os tempos: "Après moi, Le déluge"?

O garroteamento da imprensa nos dois períodos em que o Sr. Magalhães desgovernou a Bahia, figura, com destaque, no rol dos crimes mais hediondos cometidos contra a liberdade de expressão no continente americano.

Da perda do prestigio do judiciário na Bahia, corrompido pelo soba baiano, no seu funcionamento, estrutura e composição, em palavras proferidas com a dureza do bronze, afirmou

um dos seus juízes mais ilustres, pelo saber, pela integridade e pela coragem, o desembargador Leitão Guerra, em discurso imorredouro: "A justiça brasileira é uma vergonha; e a justiça baiana é o rebotalho da justiça brasileira".

Sabemos de memorialista que cuida de fixar, neste instante, para conhecimento da posteridade, o que foi esta página negra que rebaixou o judiciário de minha terra do pedestal de sua alta dignidade para a ribalta de teatro de comédia de segunda classe.

Manda a justiça que se diga, porém, que nem tudo está perdido. A presença, naquele tribunal, de alguns juízes verdadeiramente honrados, mais do que esperança, representa a certeza de que uma vez afastado o guante coator, por decisão da soberania popular proferida nas urnas de novembro passado, será uma questão de tempo a restauração do tecido moral deste poder que Ruy queria maior que a coroa dos Reis.

Num tempo em que as forças da intolerancia a todos submetiam, o poder legislativo na Bahia afirmou sua condição de cidadela inexpugnável da Democracia, através a resistência heróica de um punhado de bravos que não se curvou aos arreganhos da prepotência oficial nem se rendeu aos apelos da corrupção mais deslavada, consoante a política alternativa de " um saco de dinheiro numa das mãos e a chibata na outra" que resultou na conhecida alcunha de Toninho Malvadeza, pespegada no famigerado ex-interventor da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. A maioria, no entanto, ora acovardada, ora abúlica, não raro ressentida, seguia balindo améns, num monocórdio e unissonante planger de sua desvalia...

O que tem sido o saque praticado contra o erário pelo Sr. Magalhães e sua gang, mais expressivamente que nossas palavras, fala o enriquecimento espantoso, seu e de sua família, ao longo do tempo em que só exerceu funções públicas.

Empossado há, apenas, duas semanas o novo governador da Bahia, Waldir Pires, estarrecido, começa a exibir,

para conhecimento da Nação, o mar de lama que a cortina da impunidade encobria. Pode-se dizer, sem o risco de qualquer exagero, que nenhum estado da Federação sofreu desmandos comparáveis aos efeitos da ação deletéria do Sr. Magalhães, sobre a Bahia, no exercício de funções públicas.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Não é para contar a história dos desatinos praticados pelo Sr. Magalhães contra o patrimônio moral, intelectual e econômico da Bahia que assomamos a esta tribuna.

Dir-se-ia, como se tem dito, ser esta uma questão paroquial, de interesse restrito aos grupos que fazem política no estado, e que ao País interessa examinar as medidas que afetam o seu esforço desenvolvimentista e a sua luta pela construção da democracia!

Está bem! façamos deste raciocínio uma proposta aceitável, como se fosse possível apagar do curriculum de alguém fases anteriores à sua vida atual, dedicadas ao vício e à prostituição.

Restrinjamo-nos, nesta avaliação, ao que tem sido a atuação do Sr. Magalhães enquanto Ministro de Estado, quando toda Nação se expõe, inelutavelmente, aos efeitos de sua ação como titular do Ministério das Comunicações, para, ao final, concluir-mos se merece a renovação da confiança presidencial, permanecendo à frente de tão importante Pasta, ou se, ao contrário, em nome da moralização dos costumes e do respeito à opinião pública, ele deve ser apeado de um posto a que foi alçado por um monumental erro do desditoso Presidente Tancredo Neves, apanhado, assim,em flagrante paradoxo com o seu anunciado trinômio:fidelidade democrática, competência e probidade, como o fanal exclusivo a orientá-lo na escolha dos nomes para compor o ministério da Nova República.

Consideramos dispensável arrolar argumentos com que demonstrar que a vida política do Sr. Magalhães

é um hinário de louvor a todas as causas anti-democráticas. aliás, faça-se-lhe justiça: ele próprio se intitula o líder absoluto da direita mais reacionária deste País, permanentemente vigilante na busca das oportunidades com que deflagrar quarteladas liberticidas. Não há notícia de conspiração contra a estabilidade do regime que não traga no seu frontispício o nome do Ministro das Comunicações, por isso chamado por alguns de Sinistro das Conspirações, capaz de tudo para permanecer no poder, até de praticar um ato de generosidade.

Campeão imbatível na arte de xeretar os poderosos do dia, costuma, envaidecido, advertir os íntimos de que, quando quer adular, agrada mais que mulher dama, traindo o amigo de ontem, desavergonhadamente, ao primeiro ensejo de suas conveniências.

É impressionante a coerência com que tem assim agido, desde os tempos em que fazia política estudantil!

Foi assim, sucessivamente, com o reitor da UFBA, Edgar Santos, com os governadores da Bahia Juracy Magalhães, Antônio Balbino, Lomanto Júnior, Luiz Viana Filho, Roberto Santos e agora João Durval Carneiro. Foi assim com os Presidentes Juscelino Kubitscheck, Emílio Medici, Ernesto Geisel e João Figueiredo.

Será assim com o Presidente Sarney.

Há uma compulsão invencível que o impele a adular e a trair, ao sabor de suas conveniências. Esta é a sua sina, sua vocação primeira.

E o que dizer-se de sua competência para gerir um ministério?

A unanimidade das vozes atesta que foi no campo das comunicações onde os governos militares conquistaram sua mais ponderável soma de êxitos, razão pela qual, nessa área, o Brasil podia apresentar um desempenho igual ou superior a algumas das Nações mais desenvolvidas do mundo: Os correios agilizaram seus serviços de entrega; o sistema telefônico DDD atingiu níveis elevados de modernização; a Embratel saudada como uma das estatais mais inve-

jáveis do País.

Mas, que é que vem sucedendo no Sistema Telebrás, a partir da gestão do Sr. Magalhães no Ministério das Comunicações?

A denúncia da crise óbvia que se abate sobre o setor tem sido claramente formulada pelo seu corpo técnico, particularmente através da Revista Nacional de Telemática,da Revista Telebrasil e do Jornal da Embratel.

De acordo com essas publicações,somente o congestionamento da rede nacional de telefonia gera um prejuizo anual de Cz$400 milhões ao sistema Telebrás. O descaso administrativo e a política do ministro das Comunicações são as causas apontadas pelos técnicos para a deterioração da qualidade dos serviços: O empreguismo na cúpula do Ministério das Comunicações e na Embratel - empresa dotada desde a origem de pessoal de carreira - provocou a saida de 500 dos seus melhores técnicos e especialistas. O agravamento deste quadro vem preocupando todas as subsidiárias do sistema, sobretudo as estaduais. A Telebahia, por exemplo, que era considerada empresa estadual modelo, teve, no ano passado suas contas recusadas pelo Tribunal de Contas da União.

Segundo declarações do Presidente da Telesp, Antônio Ignácio de Jesus, o descompasso entre a demanda, calculada em 1,5 milhões de aparelhos, e a oferta de novos telefones, nos anos de 1986 e 1987 é de tal monta que a empresa chegou ao ponto de fechar as inscrições para o plano de expansão, existindo mais de 30 mil assinantes aguardando a simples mudança de seus aparelhos de um bairro para outro. Daí sua conclusão melancólica: " telefone em São Paulo só no cambio negro ".

Nem Brasília escapa ao colapso que ameaça o setor. Os Terminais telefônicos da capital federal trabalham saturados: ligações não se completam enquanto ocorre uma elevada incidência de linhas cruzadas.

A situação descrita pelos técnicos como

de "apreensão" é agravada pela elevação do grau de insatisfação do usuário, até recentemente habituado a uma boa disponibilidade do serviço.

"Diariamente, os meios de comunicação de massa traduzem em milhares de reclamações a irritação dos usuários", declaram os técnicos.

Ainda preocupados com o descrédito e a perda de imagem do Sistema Telebrás e do próprio Ministério das Comunicações, como entidades responsáveis pela prestação de tão importantes serviços, os técnicos da empresa estatal, num comunicado a revista especializadas, alertam: "-A administração do Ministério das Comunicações atualmente é exercida por um leigo, voltado para a política, eleições e empregos para seus amigos e cabos eleitorais, mesmo em cargos técnicos para os quais se requer tradição e qualificação.O empreguismo na cúpula dá origem a uma péssima seleção de pessoal para os segundo e terceiro escalões, desestimulando os especialistas formados no sistema Telebrás. O clima em todas as empresas é de desmotivação e marasmo. De tudo isso resultando uma grande queda de prestígio do Ministério das Comunicações junto ao governo federal".

A reação do corpo tecnico atingiu o auge, Sr. Presidente, diante do "estranho empenho do Ministro das Comunicações em bombardear a reserva de mercado de informática do Brasil e revelar publicamente divergências com o Ministro de Ciência e Tecnologia, Renato Archer, sobre o funcionamento da SEI "(Secretaria Especial de Informática). -"Há um jogo baixo de intrigas,conspirações, de tapetes puxados e de disputa pelo poder que irrita a tantos quantos acompanham esta guerra. Não bastasse a oposição de Reagan à industria de informática nacional e as pressões internacionais, ainda temos essa briga a resolver" - deploram os técnicos do Sistema Telebrás.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a Rebista Nacional de Telemática denuncia: "A Embratel

está caminhando para o abismo econômico, administrativo e operacional. Abandonada por 500 especialistas, seus investimentos foram insuficientes em 1986 e sua receita tarifária reduzida". "Enquanto isso, a rede nacional de telex sofreu uma redução de 35,22% na eficiência de suas ligações. Quanto à questão do satélite brasileiro - O Brasilsalt - depois do fracasso de seu primeiro lançamento, foi assim tratada no simpósio que o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro dedicou ao assunto: "O satélite doméstico é um recurso a ser urgentemente agilizado, pois ele já está no espaço, a 36 mil Kilômetros de altitude e sua vida útil fica cada vez menor, à medida que a indecisão do Ministério das Comunicações se prolonga".

Um relatório da comissão técnica que assessora as diretorias da Telebrás, da Embratel, da Telesp e da Telerj, aborda a degradação do sistema DDD no País: "A taxa de chamadas DDD completadas subiu em 1974 em 28,3%. Em 1984 subiu para 54,5%, colocando o Brasil entre os dez países de expressão mundial em qualidade deste serviço. Contudo, a partir de 1985, esse serviço passou a sofrer constante degradação".

Em longa matéria publicada em sua edição de 20 a 26 de novembro passado, o semanário O Nacional denuncia o propósito do ministro Antônio Carlos Magalhães de levar à falência a Empresa de Correios e Telégrafos, como justificativa para contratar a realização dos seus serviços por empresas particulares, pertencentes a parentes seus ou a amigos próximos. E cita como exemplos a ETA - Empresa Técnica de Brasília -, contratada por preços superiores aos de mercado, e a Transenge - Transporte e Engenharia, além de várias outras medidas adotadas sob a inspiração de interesses meramente politiqueiros. O resultado prático de tudo isso tem sido mais gastos e mais ineficiência, como percebem, facilmente, os usuários.

Mais recentemente, o Jornal do Brasil, em sua edição de 18 de janeiro, veicula matéria de autoria da jornalista Cristina Chacel em que os Srs. Jorge Bittar e Paulo Eduardo Gomes, respectivamente diretor da Federação Nacional dos Engenheiros

e presidente da Associação de Empregados da Embratel, denunciam a nova ameaça de quebra do monopólio estatal na área das comunicações, através, sobretudo, da Promon Engenharia e da Victory Comunicações, esta de origem italiana associada no Brasil, aos empresários Roberto Marinho e Amador Aguiar.

À parte as discussões sobre as vantagens e desvantagens da privatização do setor, " o diretor da Federação Nacional dos Engenheiros, Jorge Bittar, não poupa críticas às relações de Roberto Marinho com o Ministério das Comunicações. Segundo ele são mais que estreitas. Ele adverte, ainda, para o que classifica de grande manobra junto à Pasta, com o objetivo de verificar sua atuação no setor das Comunicações", diz o Jornal do Brasil.

E o que, até agora, fez de original a atual administração do Ministério das Comunicações: a implantação, com grande alarde publicitário, do Telestrada, que a administração anterior havia desaconselhado. O resultado é que o Telestrada tornou-se um grande fracasso, não completando, por dia, em todo País, mais de dez chamadas. Certamente, - segundo os técnicos - feitas por encomenda do próprio Ministro.

Como exemplo a sintetizar a desordem e o descontrole existentes no Ministério das Comunicações, só na grande São Paulo, segundo levantamento de especialistas no assunto, estão em funcionamento 43 emissoras piratas de rádio, todas operando em freqüência modulada.

Se o teste da competência, o ministro das Comunicações sofreu tão rotunda reprovação, vejamos como se sai ele no concurso para aferição da sua probidade, na esfera federal, recorrendo-se, para tanto, ao exercício intelectual de fazer-se tábula rasa de sua ação pública na Bahia, modelo insuperável, de agressão aos valores mais caros à convivência civilizada.

Segundo Daniel Herz, em seu livro recém publicado, "A História Secreta da Rede Globo", tão logo assumiu o Ministério, em março de 1985, no seu estilo fanfarronesco habitual ,

"num lance tão ousado quanto demagógico, Magalhães começou sua gestão acusando o ex-Presidente Figueiredo de ter desrespeitado procedimentos técnicos do Ministério das Comunicações na outorga de concessões de rádio e televisão.Essas concessões foram outorgadas principalmente a políticos malufistas e amigos pessoais do General Figueiredo. Para enfrentar o problema, Magalhães suspendeu todas as concessões realizadas desde outrubro de 1984 e criou,para revisá-las, uma comissão coordenada pelo comprometido Secretário Geral, Romulo Villar Furtado". O anúncio da revisão dessas concessões fez com que a imprensa divulgasse, em alguns poucos dias, uma avalanche de informações sobre favorecimentos, perseguições, apadrinhamento, chantagens, pressões e todo tipo de venalidade e corrupção".

E prossegue Herz, em sua importante obra, arrolando, um a um, os casos apontados pelo Sr. Magalhães como atentatórios do indispensável princípio da lisura, em nove Estados da Federação, inclusive na Bahia.

Em matéria transcrita do " Jornal do Brasil", sob o título "Favoritismo foi decisivo na concessão de rádio e TV", do dia 23 de março de 1985, citam-se as seguintes concessões na Bahia, no último ano do Governo Figueiredo: 1)TV Cabrália, concedida a um grupo que tem o Sr. Luiz Viana Neto, filho do Senador Luiz Viana Filho como um de seus sócios. (Recorde-se que como sócio da TV Aratú, o Sr. Luiz Viana Neto, hoje Deputado Constituinte pelo PMDB, integra o grupo de maior experiência e tradição em televisão na Bahia); 2) FM Cidade Sol Ltda., de Jequié, pertencente a um grupo vinculado ao Senador Lomanto Júnior, à época inimigo pessoal do Sr. Antônio Carlos Magalhães, mas seu candidato derrotado à reeleição de novembro passado; 3) uma rádio OM concedida a uma empresa de propriedade da mulher do Deputado Estadual Reinaldo Braga, concorrente único, que cumpriu todas as exigências.

Sem entrar no mérito dos meios adotados para o deferimento dessas concessões, bastam estes parcos exemplos para causar arrepios e mossa à hiper-sensitiva moralidade do

Sr. Magalhães, miraculosamente transportada da lama em que chafurda na Bahia para o plano da virtude , na área federal.Todavia, a prática posterior que se seguiu à pregação farisaica do Sr. Magalhães, veio demonstrar que os excessos, pecados e crimes, cometidos no Governo Figueiredo, em matéria de concessão dos serviços de rádio-difusão, foram muito poucos quando comparados à fase atual, intoleravelmente afrontosa ao clamor nacional pela moralização da vida pública.

Temos aqui em nossas mãos, Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a prova cabal, completa, perfeita e acabada deste crime protraido que se vem, impunemente, perpetrando contra a Nação, às barbas do Parlamento, prisioneiro do falso maniqueísmo que lhe impõe o esdrúxulo conceito da moribunda Aliança Democrática: Ser contra ou a favor do Governo, incondicionalmente.

Somente na Bahia, no período da atual administração, o Ministério das Comunicações outorgou quarenta e nove concessões - quarenta e oito rádios e uma televisão -,todas elas, sem qualquer excecão, a apaniguados do Sr. Magalhães; todas elas sem qualquer observancia substancial à imperativa recomendação da concorrencia pública.

Aqui estão as certidões passadas pela Junta Comercial do Estado da Bahia, contendo todos os elementos comprobatórios dessa dilapidação ominosa, e reveladoras do intento eleitoreiro em que o Sr. Magalhães se inspirou para distribuir canais de rádio e televisão a mancheias!

Pela falta de critérios que vem norteando a ação do Ministério das Comunicações na Bahia, pode-se avaliar o que não vem ocorrendo por este Brasil afora, onde, segundo noticiário da imprensa, nomes influentes do PMDB têm sido igualmente favorecidos com concessões graciosas, de modo a permitir que o Sr. Magalhães alardeie ser esta a política da Nova República, conforme o querer da Aliança Democrática. São fatos que negam o bom uso da rádio-difusão e do próprio sistema Telebrás, setor tão importante

da vida moderna! e que, pelo seu significado, exige planejamento responsável, pesquisa acurada e desenvolvimento de tecnologias a cada dia mais avançadas, investimento de porte e crescente competitividade. E a ameaça que paira sobre este estatégico setor decorre, principalmente, da falta de escrúpulos na sua gestão, entregue aos caprichos, à arrogancia e às ambições pessoais de altos membros da administração federal, ao invés de exercê-la consoante normas democráticas, claras e seguras.

Por aí se vê, Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, que a probidade não pode ser tratada como uma peça do vestuário que se muda em função do ambiente. Não é possível, a quem quer que seja, sendo improbo no seu Estado, ser probo perante a Nação. A história da corrupção no Brasil, alentada obra a desafiar escritor de fôlego, haverá de dedicar espaço generoso às técnicas de aliciamento de que se vem valendo o Sr. Magalhães para assegurar o silencio solidário de segmentos da grande mídia, em torno de sua ação à frente deste importante Ministério.

Como se não bastasse este libelo para demonstrar, inequívocamente, a falta de probidade do Sr. Magalhães para ocupar um Ministério, a opinião pública brasileira vem sendo abalada, nos últimos meses, com o episódio que se constitui no grande escândalo da Nova República, o chamado Caso Nec, ou a "Rota de um Peculado Bem Sucedido". Objeto de amplo espaço nos meios de comunicação, o Caso Nec, reduzido à sua expressão mais simples, traduz o aforçurado devotamento do Ministro das Comunicações em servir aos interesses do Sr. Roberto Marinho, ainda que com a quebra dos mais comezinhos princípios éticos e a proscrição total da legalidade, para receber em troca, além do indispensável apoio político com que manter-se no Ministério, o direito de transmitir, através de canal de TV de sua propriedade na Bahia, a programação da Rede Globo.

Passemos ao histórico do caso.

O Grupo Brasilinvest, controlado pelo empresário Mário Bernardo Garnero, sofreu a primeira intervenção

estrajudicial do Banco Central, em empresas do setor financeiro, na Nova República, ao tempo da gestão de Francisco Dornelles na Pasta da Fazenda. Como em todos os casos desta índole, também neste, seus controladores cuidaram de proteger as empresas não incluidas na liquidação. Por isso, a Brasilinvest Informática e Telecomunicações S/A (BIT), pediu e obteve concordata preventiva. Sendo através da BIT que Mário Garnero participava da Nec do Brasil - em parceria com a multinacional japonesa Nec Corporation, -medidas foram adotadas para não serem afetados os compromissos do grupo brasileiro no empreendimento. Não obstante isso, e como é compreensível, os japoneses passaram a ver no Sr. Garnero um parceiro incomodo a ser alijado da sociedade. O Sr. Garnero, por sua vez, sabendo que o Brasil representa o segundo maior mercado potencial do mundo na utilização de equipamentos e serviços no campo da telefonia, - especialidade da Nec,- dispôs-se a lutar com unhas e dentes para assegurar, sob seu controle, empresa destinada a operar em tão rico filão.

Desde a decretação da liquidação extrajudicial do grupo financeiro Brasilinvest, em abril de 1985, até dezembro do mesmo ano, o clima de tensão existente na Nec do Brasil, provocado pelos sócios brasileiros e japoneses, vinha sendo administrado de acordo com critérios empresariais aplicáveis a situações do gênero. Nesta denúncia, Sr. Presidente, que já se faz necessariamente longa, apenas mencionaremos os lances em que se evidencia o desiderato iniludivelmente claro do Sr. Magalhães, em atuar como agente dos interesses do Sr. Roberto Marinho, ainda que para tanto, tenha desertado de suas atribuições legais de Ministro de Estado. Algumas coincidências estranhas ilustram o singular açodamento ministerial.

Logo após tornar-se conhecida a pretensão do Sr. Roberto Marinho, de comprar a participação brasileira, na Nec, coincidindo com a entrada do Ministro das Comunicações no jogo de pressões, o vice-presidente da matriz japoneza para a América Latina, M. Yanagi, que se encontrava no País tentando o afastamento do Sr. Garnero, declarou numa roda de executivos, hever entregue

(quinhentos mil dólares) ao presidente da Telebrás,Almir Vieira Dias e ao Secretário-geral do Ministério das Comunicações, Rômulo Vilar Furtado, para que estes interferissem no sentido da obtenção de uma rápida solução para o problema. Brevemente, no foro próprio, inclusive em processo de acareação, este executivo será ouvido, consoante seu desejo.

Outra coincidência igualmente notável reside na correspondência que o Sr. Roberto Marinho enviou à TV-Aratú, na Bahia, dizendo que o contrato entre a Rede Globo e a TV baiana, vigente há 18 anos, - fruto de sucessivas renovações que uma perfeita convivência recomendava - desta vez não seria renovado, salvo se chegassem a acordo sobre determinadas condições a serem futuramente discutidas. O inusitado dessa correspondência é que ela foi datada de 13 de fevereiro, quando o contrato entre as duas emissoras, extinguível no dia 01/06/86, previa que a denuncia unilateral por qualquer das partes, sob pena de prorrogação automática dos seus efeitos, deveria ser processada com 60 (sessenta) dias de antecedência, ou seja: no dia 1º de abril.

À proporção que mergulhamos na análise desse negócio escabroso, e por conhecermos, como conhecemos, os métodos de "trabalho" do Sr. Magalhães, convencemo-nos de que, tão logo fechou o acordo com o Sr. Marinho, cobrou dele uma demonstração convincente de seu empenho em cumprí-lo. É a velha regra do toma lá, dá cá, vigorante nos negócios que não se podem escrever,entre indivíduos que temem, uns nos outros, a capacidade de, ardilosamente , criar em razões para fugir ao pactuado!

Daí em diante, é impressionante a sucessão de coincidências entre as pressões do Sr. Magalhães sobre o empresário Garnero e as providências adotadas pelo Sr. Roberto Marinho, na administração do contrato de sua rede com a TV-Aratú , caminhando tudo no rumo do desfecho desejado: a Nec do Brasil, na bandeja, para o Sr. Marinho, e a retransmissão da programação da Globo, na Bahia, para a estação de TV do Sr. Magalhães.

Dos Senhores Almir Vieira Dias, presidente da Telebrás e Rômulo Vilar Furtado, Secretário-geral do Ministério das Comunicações, não se pode dizer que se hajam omitido no cumprimento da parte que lhes coube para o êxito final da empreitada. Ninquém, no entanto, comparável, em abnegação e vigilância , nesta corrida de prêmios milionários, ao Ministro Magalhães. Foi graças a esta indormida vigilância que o Sr. Magalhães, na noite do dia 29 de abril, intempestivamente, ocupou largo espaço da edição do "Jornal Nacional", para desancar o empresário Mário Garnero, ameaçando cancelar as encomendas feitas à Nec, caso a empresa continuasse sob o controle da BIT. Tudo isso porque, naquela mesma data, 29 de abril, a Justiça paulista, pondo fim a uma discussão sobre a validade de decisões tomadas pelo Conselho Administração sustentou a interpretação que beneficiava os interesses do grupo brasileiro. A aparição do Sr. Magalhães e a consequente cobertura que a imprensa deu ao episódio, tiveram a inescusável intenção de minimizar a vitória judicial do Sr. Garnero.

É absolutamente incompreensível, Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados - e por isso mesmo imperdoável, - que um Ministro de Estado deixe os seus cuidados para comprometendo a boa imagem do poder público que é de seu dever preservar, imiscuir-se em questões de interesses exclusivamente privado, ainda mais quando aqueles interesses se encontravam protegidos,pelos seguintes motivos:

1- A idoneidade do empresário Mário Garnero encontrava-se sub judice, inexistindo, portanto, a indispensável base legal para a formulação de um juizo conclusivo a seu respeito;

2- O sócio da Nec do Brasil não era a pessoa física Mário Garnero mas a pessoa jurídica Brasilinvest Informática e Telecomunicações S/A (BIT);

3- A ação do Ministério das comunicações, destinada a prejudicar o Sr. Mário Garnero, inevitavelmente afetava os interesses dos demais acionístas, inocente e irresponsavelmente atingidos pelas ambições

do Sr. Magalhães.

Espicaçado pela vitória judicial do grupo brasileiro, o Ministro Magalhães partiu para uma ofensiva de audácia sem paralelo, ao autorizar as empresas do Sistema Telebrás a suspenderem os pagamentos relativos a equipamentos e serviços já fornecidos pela Nec. Nova coincidência: a maior devedora era a Telebahia. Apesar dos insistentes pedidos formulados por carta ou verbalmente, nenhum esclarecimento era dado quanto àquela moratória unilateral e coletiva.

Quando a gravidade da situação se acentuou, a ponto de comprometer a integridade econômica da Nec, operou-se nova "coincidência", reveladora da ação orquestrada para tomar a Nec dos brasileiros: os japoneses fizeram um acordo com a Telebrás que passou a liberar, a partir do dia 05 de julho, os recursos mínimos indispensáveis para cobrir a folha e, por esse meio, assegurar a sobrevivência do negócio, simultaneamente à asfixia do sócio brasileiro, a esta altura empurrado, como animal de abate, para o matadouro. Nesta mesma data o Ministro das Comunicações liberou nota à imprensa, onde, entre outras coisas, dizia:

"Os funcionários terão decisivo apoio do ministério, que dispõe de fórmulas para evitar a paralização de suas atividades e impedir as suas demissões, seja por brasileiros que não cumprem com seus deveres, ou estangeiros que queiram agir como tal".

Nova coincidência. A interferência pública do Sr. Magalhães se deu em seguida à divulgação, no dia 03 de julho, da sentença judicial, confirmatória da liminar anteriormente concedida em favor do sócio brasileiro, contra a multinacional japonesa.

Coincidências maiores, porém, ainda estavam por vir, como aquela ocorrida no dia 29 de julho de 1986 data arbitrariamente escolhida pelo Sr. Roberto Marinho em lugar de 01 de julho, como contratualmente devido para desdobrar, junto à

TV-Aratú, as intenções contidas no aviso prévio datado de 13 de fevereiro de 1986. Naquele dia 29 de julho, ao invés dos três anos de praxe, O Sr. Roberto Marinho comunicou à TV-Aratú, que o contrato entre as duas organizações ficaria prorrogado até janeiro de 1987 - por seis meses portanto.

Da análise global dos fatos, somos levados a concluir que esta prorrogação obedeceu às seguintes razões:

1- O interesse da Rege Globo - associar-se a Nec do Brasil - não estava ainda consumado, embora bem encaminhado;

2- A proximidade das eleições tornaria o rompimento do contrato com a Aratú um escândalo de proporções incontroláveis.

Enquanto isso, o cerco férreo mantido pelo Sr. Magalhães sobre o grupo brasileiro produzia seus efeitos - de tal sorte que uma de duas opções teria que ser feita: vender ou pedir concordata. A emergência do empresário Mathias Machline, do grupo SID-Sharp, como interessado na compra, precipitou a transação marcada para ultimar-se na primeira semana de setembro, na residência do Sr. Garnero, à rua Armando Trompowski, nº 105, no bairro Morumbi, São Paulo. Da reunião, além dos assessores das duas partes, participaram o Sr. Machline e seu Vice-Presidente Luiz Paulo Rosemberg, bem como o Sr. Garnero e seu diretor, Edmir Pachedo da Silva.

O encontro, descontraido e festivo, se prolongou até às 5 da manhã, com o negócio fechado.O cheque da sharp seria entregue no final da manhã. A alegria do Sr. Garnero desanuviava-lhe a expressão, contraída sob a longa tensão. Por isso mesmo é que recebeu como uma bofetada no rosto o telefonema que às 11:30 horas daquela manhã lhe deu o Sr. Machline:

-Mário, tenho más notícias. Preciso que você me compreenda.

-O que houve? indagou Garnero.

-Não vamos mais fazer o negócio da Nec.

Garnero tentou reagir:

-Mas como? O negócio está fechado.

-Você tem que me compreender, -argumentou Machline. - eu recebí pressões de cima, muito fortes. Depois nós conversaremos melhor.

Abatido e decepcionado, o Sr. Garnero ainda fez contato com grupos empresariais, antes declaradamente interessados no negócio. Surpreendentemente, porém, desinteressaram-se de uma hora para outra, como foi o caso, por exemplo, da empresa Moddata.

Não se suponha, porém, que o grupo Sharp do Sr. Machline, tenha sido prejudicado com a perda da Nec. Em compensação por seu espírito de colaboração, o Sr. Machline, através da SID-Informática, recebeu do Ministério das Comunicações sinal verde para entrar na área das Centrais por processamento armazenado ' (CPA), um mercado até hoje exclusivo da Standart da, Ericsson e Nec, conforme detalha a revista Senhor, nº 307, em reportagem histórica da maior qualidade jornalística.

Sem outra opção qualquer, Mário Garnero capitulou. Do total dos 75% de ações com direito a voto, o Sr. Roberto Marinho ficou com 38%, o que representa 51% do capital votante. Os demais 37% ficaram com os japoneses, enquanto o Sr. Garnero permaneceu no negócio com 25% de ações preferenciais e recebeu (Hum milhão de dólares) pela venda do controle acionário ao Sr. Roberto Marinho. Segundo analistas financeiros, deixando de fazer o negócio com o Sr. Machline, o Sr. Garnero perdeu aproximadamente (Dez milhões de dólares).

O Sr. Roberto Marinho, homem de palavra, cumpriu o acordo. Rompeu uma saudável parceria empresarial de dezoito anos, modelar, no entendimento de dirigentes da Rede Globo que , em vão, desaconselharam o negócio, e pagou ao Ministro Magalhães a comissão combinada pelos seus bons ofícios: a retransmissão, pela TV Bahia, de propriedade da família Magalhães, da programação da Rede Globo.

Já no dia seguinte à posse do Sr. Marinho como Presidente do Conselho da Nec, as empresas subordinadas